



AGROECOLOGIA, TERRITÓRIO E A CRÍTICA DA AUTONOMIA: A EXPERIÊNCIA DA TEIA DOS POVOS NA BAHIA¹

Beatriz Almeida Oliveira²

INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XX, a modernização do campo se disseminou na América Latina como um processo de intensificação produtiva e subordinação da agricultura às cadeias financeiras globais, sob a coordenação do capital internacional (ALTIERI, 2012). Sob a promessa de desenvolvimento e segurança alimentar, a chamada Revolução Verde expandiu o uso de insumos industriais, sementes híbridas e mecanização intensiva. Esse processo consolidou um novo padrão de territorialidade capitalista (TOLEDO, 2019), que aprofundou a expropriação de povos indígenas, negros e camponeses, ao mesmo tempo em que simplificou e fragmentou as formas locais de reprodução da vida. Ao integrar o campo às dinâmicas da valorização, a modernização dissolveu as bases materiais e simbólicas da agricultura camponesa, instaurando a dependência estrutural das comunidades em relação à mercadoria, ao crédito e ao Estado. Porém, o progressivo esgotamento desse modelo — manifesto em crises produtivas, ambientais e sociais — abriu espaço, nas últimas décadas, para a emergência de experiências agroecológicas que procuram reconstruir a vida em bases distintas, articulando produção, território, cultura e formas alternativas de convivência com a terra.

Na particularidade da região da Bahia do cacau, a crise da modernização do campo constitui precedente da formação da Teia dos Povos, articulação socioterritorial fundada em 2012 no Assentamento Terra Vista (Arataca-BA), que reúne povos indígenas, quilombolas, camponeses, assentados da reforma agrária e povos de terreiro. A agroecologia, nesses territórios, não se apresenta como técnica isolada, mas como prática coletiva de reorganização da vida, que combina manejo agroflorestal, produção diversificada, cosmologias indígenas e negras, mutirões, trocas de sementes crioulas, formação política e educação do campo. Ao mesmo tempo, a Teia opera dentro de um território marcado por precarização histórica, desigualdade no acesso à terra e fragilidades estruturais que desafiam suas próprias práticas de autonomia.

¹ Este trabalho deriva da pesquisa de mestrado intitulada *Agroecologia em territórios na América Latina: experiências zapatistas e da Teia dos Povos* (2025), desenvolvida no Programa de Integração da América Latina (PROLAM/USP).

² Doutoranda em Geografia Humana pelo PPGH/USP.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Na bibliografia latino-americana, o conceito de autonomia territorial costuma aparecer associado à capacidade coletiva de organizar a vida a partir do território, articulando formas próprias de decisão, trabalho, reprodução social e manejo dos bens comuns (PORTO-GONÇALVES, 2006; DÍAZ-POLANCO, 2005). No campo da agroecologia, essa discussão ganha densidade à medida que diversos autores passam a vincular autonomia, soberania alimentar, autogestão e agroecossistemas diversificados como pilares de um mesmo horizonte político. É nesse cruzamento que emergem formulações sobre “agroecologias emancipatórias”, muitas delas inspiradas na noção de “rachaduras” de John Holloway, que interpretam práticas agroecológicas como fissuras capazes de abrir espaços de vida para além da racionalidade do capital (GIRALDO; ROSSET, 2023; VAL; ROSSET, 2022).

Embora essa aproximação entre agroecologia e autonomia seja recorrente, grande parte da literatura a mobiliza sem historicizar o conceito, tratando “autonomia” como pressuposto normativo ou categoria transparente, dissociada das determinações sociais que a conformam. Nesses casos, a autonomia aparece como equivalente imediato de “emancipação”, como se a adoção de práticas agroecológicas produzisse, por si, deslocamentos para fora da lógica do capital. Essa operação teórica tende a positivar o conceito e a sobrepor o ideal ao próprio objeto, obscurecendo as contradições, as mediações da mercadoria, a dependência da terra enquanto propriedade e os limites concretos enfrentados pelos territórios. Trata-se de um problema analítico relevante, pois o conceito deixa de funcionar como ferramenta crítica e passa a operar como signo de um futuro desejável, sem explicitar as condições históricas que o fraturam e tensionam.

A experiência da Teia dos Povos insere-se nesse campo, mas produz uma formulação própria de autonomia a partir de um projeto político-pedagógico enraizado na retomada das terras e na articulação entre povos indígenas, quilombolas, camponeses e de terreiro. Essa concepção não deriva apenas das transformações produtivas, mas da continuidade histórica das lutas negras e indígenas que sempre vincularam território, classe e racialização como dimensões inseparáveis da disputa pela vida. Em *Por terra e território* (OLIVEIRA; FELÍCIO, 2021), a autonomia não é tratada como exterioridade nem como estado ideal, mas como processo coletivo de recompor as bases materiais e simbólicas da vida — terra, água, sementes, alimento, cura, moradia e educação — por meio de alianças entre povos e práticas de trabalho comunitário.

Neste trabalho, essas aproximações, tensões e limites do conceito serão aprofundados na seção de Resultados e Discussão, onde a autonomia é analisada empiricamente a partir das práticas agroecológicas, das contradições cotidianas e das mediações que atravessam a reprodução da vida no



XI SINGA

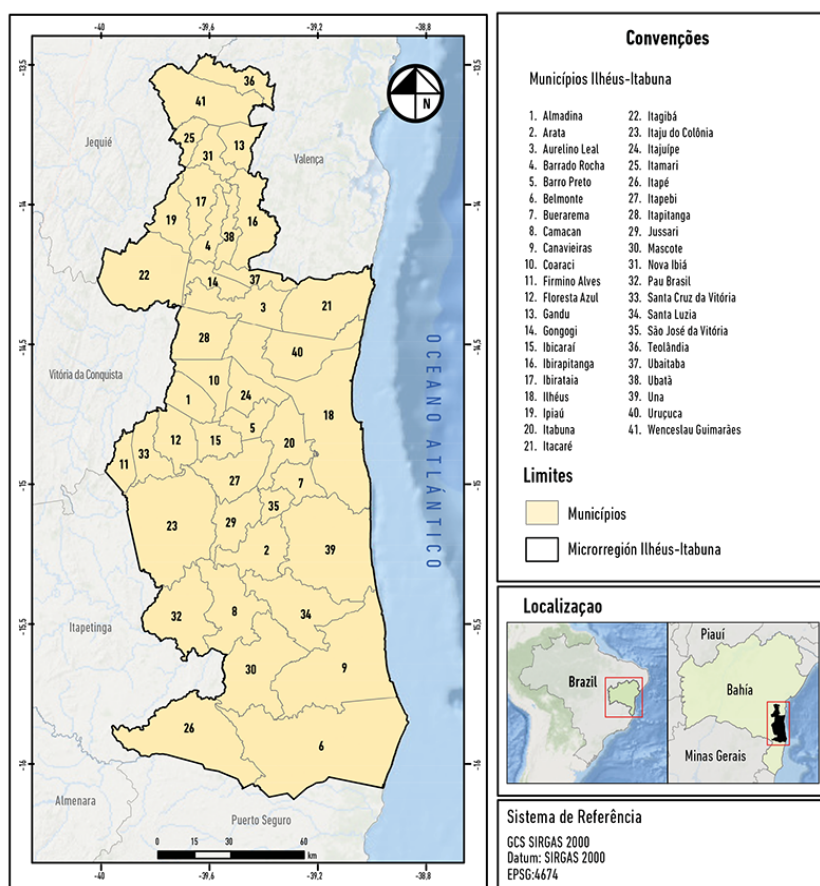
SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Assentamento Terra Vista. Aqui, trata-se apenas de situar o debate e explicitar que a autonomia não é tomada como categoria conclusa, mas processo que atravessa tanto a bibliografia quanto o objeto.

Essa dimensão situada da autonomia aparece de forma exemplar nas experiências colhidas em campo. Em entrevista, Dona Tereza, agricultora do Assentamento Terra Vista, avalia a conquista coletiva do título da terra e a possibilidade de decidir o que plantar como uma mudança de agência: “quem mandava na terra era o patrão, agora sou eu”. Contudo, sua relação com a terra não se vê livre das mesmas mediações que se davam anteriormente. O cacau que ela produz continua destinado ao mercado internacional e retorna sob a forma de dinheiro que assegura a reprodução da vida. Sua autonomia é real e significativa, mas é mediada pelas mesmas formas sociais — mercadoria, dinheiro, trabalho abstrato — que estruturam a reprodução ampliada do capital. Assim, a agroecologia, nesses territórios, surge simultaneamente como prática de dignidade e como forma de navegação em contradições que não podem ser eliminadas pela vontade política. É precisamente essa tensão que orienta a análise desenvolvida ao longo deste trabalho.



Municípios da Costa do Cacau, região de origem da Teia dos Povos. Fonte: elaborado por John F. Camacho a partir de Base cartográfica IBGE 2015; Base Map ArcGIS 2017.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

É a partir dessas situações concretas que se formula o problema central da pesquisa: como compreender os alcances e limites da relação entre agroecologia e autonomia nos territórios da Teia dos Povos? Parte da literatura latino-americana tem interpretado a agroecologia como “brecha”, “rachadura” ou “alternativa emancipatória” frente ao capitalismo (GIRALDO; ROSSET, 2023; VAL; ROSSET, 2022). Embora destaquem corretamente sua dimensão política, tais abordagens tendem a pressupor uma exterioridade possível em relação à totalidade das formas sociais, alinhando-se, em diferentes níveis, à formulação holloweana da ruptura por meio de “cracks” (HOLLOWAY, 2003). A crítica da forma-valor (MARX, 2013; KURZ, 1993; SCHOLZ, 1992) oferece outra chave: se o capital é uma totalidade social, as práticas de autonomia se constituem como contradições imanentes, e não como exterioridades. A agroecologia, nesse sentido, expressa tanto um esforço de reconstrução da vida quanto os limites impostos pelas formas mercantis que organizam o território.

O objetivo geral do trabalho é analisar como a agroecologia, no Assentamento Terra Vista, opera simultaneamente como prática de dignidade e como prática mediada pelas formas sociais do capital. Os objetivos específicos são: (i) caracterizar as práticas agroecológicas e suas bases sociotécnicas e cosmopolíticas; (ii) examinar as mediações entre trabalho, valor e mercadoria na produção agroecológica; e (iii) discutir as tensões e possibilidades da autonomia territorial no interior das contradições estruturais da reprodução social.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, com dois períodos de trabalho de campo realizados entre 2023 e 2024, envolvendo observação participante em mutirões, atividades agroflorestais, beneficiamento de cacau, reuniões comunitárias e atividades escolares. Foram conduzidas entrevistas abertas e semiestruturadas com agricultores, lideranças, jovens e educadores, complementadas por conversas informais e análise de materiais da Teia dos Povos e do Assentamento Terra Vista, além de registros históricos e documentos institucionais. O material foi sistematizado por análise temática, articulando narrativas locais às categorias da crítica da economia política, de modo a compreender como as práticas se realizam no interior das determinações que as estruturam.

O objetivo geral deste trabalho é analisar como a agroecologia, no Assentamento Terra Vista, opera simultaneamente como prática de dignidade e como prática atravessada pelas mediações da mercadoria, do dinheiro e da terra enquanto propriedade. Para isso, o estudo se organiza em três movimentos analíticos derivados diretamente dos procedimentos de pesquisa realizados em campo. Primeiro, busca-se descrever e contextualizar as práticas agroecológicas observadas — manejo agroflorestral, sistemas cabruca, mutirões, circulação de sementes crioulas e experiências formativas



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

— tal como aparecem nas entrevistas, nos mutirões e nas atividades realizadas junto às famílias. Em seguida, procura-se interpretar como essas práticas são moldadas por mediações estruturais, observáveis nas trajetórias de trabalho, nas estratégias de obtenção de renda, nas relações com o mercado do cacau e nas condições materiais que conformam a reprodução cotidiana. Por fim, o trabalho discute, a partir dessas evidências, como a autonomia territorial é vivida, tensionada e limitada no assentamento, não como ideal normativo, mas como processo concreto que emerge da experiência de retomada da terra, das alianças comunitárias e das contradições que organizam a vida no interior do capital.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, com ênfase na experiência territorial e na produção de conhecimento situada. A escolha por trabalhar diretamente nos territórios da Teia dos Povos – especialmente no Assentamento Terra Vista – decorre do entendimento de que os processos agroecológicos só podem ser compreendidos em sua materialidade concreta, nas práticas cotidianas, nas relações sociais e nas mediações que organizam a reprodução da vida. Tratou-se, portanto, de uma investigação que buscou acompanhar como os sujeitos produzem, narram e interpretam suas práticas, sem pretensão de neutralidade ou de distanciamento analítico.

A construção dos dados ocorreu entre 2022 e 2024, a partir de visitas de campo ao Terra Vista, conversas abertas e entrevistas semiestruturadas com agricultores, lideranças comunitárias, jovens do território e integrantes da Teia dos Povos. As conversas foram conduzidas com escuta atenta, priorizando situações espontâneas — como mutirões, manejo da roça, atividades escolares ou momentos de descanso no quintal. Em vez de aplicar roteiros rígidos, a pesquisa buscou criar condições para que as narrativas emergissem a partir da própria experiência dos sujeitos, reconhecendo que o território é, também, lugar de produção de pensamento.

O trabalho de campo foi orientado pela consciência de que não existe olhar exterior ao território. Seguindo a reflexão de Kaiser (2006), segundo a qual o pesquisador participa dos mundos que investiga e não se localiza fora das tramas sociais que descreve, a pesquisa assumiu seu caráter situado. Isso implicou reconhecer que as interpretações produzidas são atravessadas pelas relações estabelecidas em campo, pelas mediações históricas do território e pelas tensões que estruturam a vida comunitária. Assim, a análise não buscou reconstruir uma “totalidade objetiva”, mas compreender os significados atribuídos pelos sujeitos às práticas agroecológicas e às contradições presentes em seu cotidiano.



Além do trabalho de campo, foram examinados livros da Teia dos Povos (OLIVEIRA; FELÍCIO, 2021), relatos escritos e registros das Jornadas de Agroecologia (TEIA DOS POVOS, 2020; 2023), bem como produções acadêmicas sobre o sul da Bahia e suas lutas territoriais (ROCHA, 2008; FREITAS, 2017; OLIVEIRA, 2018; SANTOS et al., 2018). A análise desse conjunto heterogêneo de materiais permitiu situar a experiência da Teia em uma rede mais ampla de relações políticas, históricas e comunitárias, articulando as narrativas locais às dinâmicas de territorialização do capital, às retomadas indígenas, à reorganização pós-crise da cacauicultura e às formas contemporâneas de construção de autonomia entre povos indígenas, quilombolas e camponeses.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos materiais de campo, das entrevistas e da documentação produzida pela Teia dos Povos indica que a experiência do Assentamento Terra Vista não pode ser compreendida apenas a partir de suas práticas produtivas, mas como expressão de um processo territorial mais amplo. Os resultados mostram que a agroecologia emerge simultaneamente como reconstrução da vida, reorganização do trabalho e resposta às contradições estruturais que marcam a Bahia do cacau.

A sistematização empírica permitiu identificar três eixos analíticos que se entrelaçam na experiência do Terra Vista. O primeiro diz respeito ao modo como a territorialização do capital conformou o sul da Bahia, produzindo concentração fundiária, vulnerabilidade e dependência econômica — elementos que seguem operando como condicionantes das práticas atuais. O segundo eixo se refere às práticas agroecológicas propriamente ditas, que articulam manejo diversificado, cosmopolíticas negras e indígenas, formação política, trabalho coletivo e produção de alimentos e renda. Já o terceiro eixo evidencia as contradições da autonomia, manifestas nas tensões entre autogestão e mercado, entre vínculos comunitários e precarização, entre a busca por dignidade e a reprodução de mediações sociais que escapam ao controle dos sujeitos.

Esses três eixos não constituem partes isoladas, mas dimensões de um mesmo processo. A agroecologia aparece como campo de disputa atravessado por heranças históricas, forças políticas contemporâneas e limites estruturais que incidem sobre o presente. É nessa intersecção que se situam os principais achados da pesquisa, apresentados a seguir em três blocos articulados: (1) formação histórica do território, reconstruindo as determinações que moldam o sul da Bahia; (2) práticas agroecológicas da Teia dos Povos, mostrando como a rede produz formas de vida e trabalho que desafiam a lógica da agricultura convencional; e (3) contradições da autonomia, discutindo como essas práticas se realizam dentro das mediações do valor, do dinheiro e da mercadoria.



1. Formação histórica do território: modernização, crise e reordenamentos no sul da Bahia

Os dados de campo e a literatura analisada indicam que as práticas agroecológicas do Assentamento Terra Vista só podem ser compreendidas no interior de uma formação territorial marcada pela expansão e crise da economia cacauceira. No sul da Bahia, a constituição do território esteve, desde o século XIX, associada à concentração fundiária, à incorporação coercitiva do trabalho negro e à expulsão sistemática dos povos indígenas. A abertura da fronteira do cacau consolidou uma estrutura de poder alicerçada nos grandes proprietários, na violência dos jagunços, na expropriação de posseiros e povos originários, e na dependência da monocultura voltada à exportação (ROCHA, 2008; FALCÓN, 1983; CRUZ, 2012). Nessas condições, a terra foi convertida simultaneamente em ativo fundiário e meio de disciplinamento social, produzindo desigualdades duradouras na distribuição dos recursos e nas possibilidades de reprodução da vida.

A modernização agrícola das décadas de 1960 e 1970 aprofundou essa dinâmica. Programas como a CEPLAC e o PROCACAU atualizaram as estruturas coloniais sob uma racionalidade empresarial que subordinou a Mata Atlântica e o trabalho camponês à produtividade e à exportação (COSTA, 2012; ROCHA, 2008). O pacote tecnológico — baseado em mecanização, adubos químicos, fungicidas e crédito subsidiado — intensificou a dependência dos agricultores a insumos industriais e ao endividamento, sem modificar a estrutura fundiária concentrada. A introdução de tecnologias externas, voltadas sobretudo à maximização da produtividade, engendrou um sistema altamente vulnerável às flutuações do mercado internacional e às próprias limitações ecológicas da região (GUIMARÃES, 2014).

A crise das décadas de 1980 e 1990 expôs essas contradições de forma dramática. A disseminação da vassoura-de-bruxa, a queda dos preços internacionais e o endividamento generalizado precipitaram o colapso da economia cacauceira, resultando em demissões em massa, abandono de propriedades e acirramento dos conflitos fundiários (SANTOS et al., 2018). Nesse contexto, emergiram novos arranjos territoriais: ocupações de fazendas improdutivas, formação de assentamentos, retomadas indígenas e reorganização produtiva baseada em sistemas tradicionais como a cabruca (OLIVEIRA, 2018). Esses movimentos expressaram tanto a decomposição de um modelo modernizante quanto a necessidade de reconstruir a vida em meio à precarização estrutural — um cenário que molda até hoje as condições materiais sob as quais a agroecologia se realiza no Terra Vista.



A emergência da Teia dos Povos não pode ser compreendida fora desse processo histórico. A combinação entre concentração fundiária, expropriação indígena e negra, centralização do capital agroexportador e colapso da modernização cacauceira produziu, no sul da Bahia, um território marcado por vulnerabilidade social, desestruturação produtiva e esgarçamento das bases de reprodução da vida (ROCHA, 2008; FALCÓN, 1983; COSTA, 2012; GUIMARÃES, 2014). É desse cenário — feito de terras abandonadas, endividamento, desemprego massivo, retomadas indígenas e expansão dos assentamentos — que surge o campo sociopolítico no qual a Teia se forma. A articulação aparece, nem como inovação voluntarista, nem como resultado espontâneo, mas como resposta histórica de povos que, diante do fracasso da modernização e da desagregação das formas tradicionais de vida, constroem alianças para reorganizar trabalho, território e reprodução social.

Essa reconstrução territorial revela que a agroecologia na Teia dos Povos se enraíza em um território onde a reprodução da vida foi sistematicamente subordinada à reprodução do capital. A historicidade da Bahia do cacau cria tanto as condições materiais que impulsionam a agroecologia quanto os limites estruturais que a atravessam. Por isso, compreender a prática agroecológica hoje exige reconhecer que ela se realiza dentro das contradições produzidas por esse processo de longa duração — contradições que aparecem de modo explícito no cotidiano observado em campo e que serão aprofundadas nos blocos seguintes.

2. As práticas agroecológicas da Teia dos Povos: trabalho, saberes e reconstrução territorial

Os dados de campo indicam que as práticas agroecológicas do Assentamento Terra Vista conformam duas frentes complementares de construção da autonomia, ambas atravessadas pelas mediações do trabalho, do dinheiro e da mercadoria. De um lado, emergem práticas orientadas à recomposição direta das condições da vida — redes de troca de sementes crioulas, sistemas agroflorestais voltados à segurança alimentar, experiências educativas e formas de mutirão que reforçam vínculos comunitários e permitem às famílias manter um relativo controle sobre os meios de produção. De outro, desenvolvem-se estratégias voltadas à inserção menos precária no mercado do cacau, como a produção comunitária de chocolate, o beneficiamento local e a busca por nichos de cacau especial, que funcionam como mecanismos para melhorar a remuneração e reduzir a dependência dos atravessadores. Longe de constituírem esferas separadas ou opostas, essas frentes compõem um mesmo esforço de reorganizar a reprodução da vida sob condições historicamente adversas, articulando renda e dignidade, mercado e comunidade, ancestralidade e inovação produtiva. Se trata de um esforço geral que, com seus alcances, tem suas contradições constantemente



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

reformuladas no território, e é precisamente no modo como se entrelaçam — e não na separação entre elas — que se produz o sentido político da agroecologia na Teia dos Povos.

A partir dessas duas frentes complementares — a recomposição direta da vida e a busca por inserções menos precárias no mercado —, a pesquisa de campo mostra que a agroecologia, na prática cotidiana, não se realiza como uma categoria homogênea, mas como um conjunto de trajetórias situadas, moduladas por gênero, geração, espiritualidade, história laboral e posição no território. A vida concreta dos sujeitos tensiona permanentemente o projeto político-pedagógico da Teia dos Povos: se, no plano coletivo, a agroecologia articula terra, alimento, educação, ancestralidade e trabalho comunitário, no plano individual ela aparece como um repertório de respostas às experiências de violência agrária, exploração, adoecimento, racismo e precarização que marcaram a formação do território. É nesse intervalo — entre o horizonte coletivo e as condições materiais de cada família — que emergem figuras como Nego, cuja recusa ao veneno expressa tanto o legado de morte da monocultura quanto a possibilidade de reorientar o trabalho; Jefferson Brandão (Taata Sobode) (PIMENTEL, 2021, p. 267-269), para quem o manejo das plantas está indissociável da continuidade espiritual do povo de santo; e Dona Dete, cuja atuação cotidiana reconfigura os lugares de gênero na produção e na política do assentamento. Essas histórias são modos específicos pelos quais a agroecologia se corporifica na experiência, atualizando contradições, elaborando feridas históricas e produzindo sentidos próprios de dignidade. É nesse nível — o da prática situada — que se torna possível compreender como a agroecologia opera ao mesmo tempo como necessidade material e como elaboração simbólica, como trabalho vivo e como memória ancestral, como reprodução da vida e como mediação do valor.

A materialidade dessas práticas se torna especialmente visível nas Jornadas de Agroecologia da Bahia, espaços político-pedagógicos que reúnem aldeias, quilombos, assentamentos, povos de terreiro e coletivos urbanos organizados em torno da Teia dos Povos. As Jornadas operam como momentos de formação e articulação territorial, onde se realizam mutirões, trocas de sementes crioulas, oficinas de manejo agroflorestal, rodas de cura, debates políticos e rituais conduzidos por lideranças indígenas, quilombolas e de terreiro (OLIVEIRA; FELÍCIO, 2021, TEIA DOS POVOS, 2023). Nesses encontros, a agroecologia é discutida não apenas como técnica produtiva, mas como estratégia de reconstrução territorial diante da intensificação da fome, da crise climática e da expansão do agronegócio (TEIA DOS POVOS, Carta Final da VII Jornada, 2023).

No Assentamento Terra Vista, a agroecologia se materializa em práticas que reorganizam o território e reconfiguram sua infraestrutura social. A escola local — composta pelo Centro Integrado



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Florestan Fernandes (1º ao 5º ano) e pelo Colégio Estadual Milton Santos (1º ao 3º ano do ensino médio) — é resultado de décadas de luta, mas permanece atravessada por disputas políticas, pressões institucionais e limites estruturais característicos da educação pública rural na Bahia. Embora sigam os currículos municipal e estadual, educadores e famílias têm buscado articular conteúdos oficiais às necessidades do território, conectando-os ao manejo agroflorestal, à recuperação de nascentes, ao uso de sementes crioulas e à história das lutas por terra. No Milton Santos, a presença de cursos técnicos em Zootecnia, Agroindústria, Meio Ambiente, Agroecologia e Informática constitui parte de um esforço mais amplo de repensar a formação da juventude sob bases distintas da monocultura do veneno — construindo um repertório técnico que dialoga com as práticas agroecológicas e fortalece a permanência no assentamento. Ainda que atravessadas por contradições, essas iniciativas reforçam a compreensão da agroecologia como prática territorial e como política formativa.

Para além da escola, o Terra Vista desenvolve um conjunto de experiências que expressam a dimensão territorial da agroecologia. A área experimental de cacau, monitorada pelo Instituto Cabruca em parceria com as famílias assentadas, atua como laboratório vivo de recuperação de sistemas agroflorestais, de avaliação de clones resistentes e de manejo ecológico da cabruca; sua existência resulta diretamente da crise produtiva dos anos 1990 e das tentativas comunitárias de reconstruir o território a partir de conhecimentos locais e parcerias técnicas. O processo de reflorestamento — responsável por recuperar áreas degradadas, proteger nascentes e recompor a vegetação nativa — integra-se à Terra do Bem Virá, espaço coletivo de cultivo, formação e cuidado espiritual. Já a produção comunitária de cacau e do chamado “chocolate rebelde” simboliza a busca por algum domínio, ainda que parcial, sobre a cadeia produtiva: ao aproximar plantio, beneficiamento e renda, a comunidade tenta contornar a dependência histórica dos atravessadores e inserir-se em nichos de cacau especial em condições menos precárias.

Outro eixo central é a produção agroecológica de cacau e chocolate, que ocorre em torno da recuperação da cabruca, sistema agroflorestal ancestral que integra cacau à Mata Atlântica. Após o fracasso dos pacotes tecnológicos convencionais nos anos 1990, comunidades e assentamentos passaram a recuperar técnicas tradicionais, muitas oriundas de saberes indígenas e negros. No Terra Vista, a conversão para sistemas agroflorestais iniciou-se nos anos 2000 e permitiu recuperar áreas degradadas, aumentar gradativamente a produtividade e fortalecer a autonomia econômica. O chocolate produzido coletivamente — batizado de “chocolate rebelde”, em referência direta ao café zapatista — simboliza não uma ruptura com o mercado, mas uma tentativa de reapropriação parcial da cadeia produtiva, aproximando plantio, beneficiamento e renda em escala comunitária.



Práticas semelhantes se expandem para outros territórios da Teia: em Pau Brasil, a parceria entre a COOAP, associações indígenas e famílias Pataxó tem implementado SAFs de cacau; na aldeia Tukun, mutirões envolvendo dezenas de jovens plantam mudas e recuperam áreas degradadas; em Olivença, sementes e mudas circulam entre aldeias, assentamentos e quilombos, alimentando uma rede que conecta produção, cuidado e ancestralidade. Em todas essas experiências, a agroecologia atua como forma de recomposição territorial, reorganizando usos da terra, vínculos comunitários e repertórios de saberes.

O que emerge do conjunto dessas práticas é que a agroecologia, na Teia dos Povos, funciona como projeto político de reconstrução da vida, mas sempre atravessado por mediações que lhe impõem limites. Ao mesmo tempo que cria condições materiais e simbólicas para permanência na terra, afirma identidades territoriais e fortalece alianças entre povos, ela também opera em um território produzido historicamente pela despossessão e pela dependência da mercadoria.

3. Contradições da autonomia: mediação do valor, dependência e limites da emancipação

Os dados de campo mostram que a autonomia construída pela Teia dos Povos no Assentamento Terra Vista não se realiza como um estado alcançado, mas como um processo atravessado por contradições estruturais. As mesmas condições históricas que tornaram necessária a agroecologia — crise da monocultura, endividamento, expropriação e precarização da vida — reaparecem no presente sob novas formas, condicionando o ritmo, o alcance e o sentido das práticas agroecológicas.

A transição agroecológica, tal como se realiza no Assentamento Terra Vista e nos demais territórios da Teia dos Povos, exige um volume significativo de trabalho vivo em um contexto no qual não existem tecnologias acessíveis pensadas para a agricultura familiar ou para sistemas agroflorestais complexos. A ausência de máquinas adequadas, de ferramentas apropriadas ao manejo diversificado e de assistência técnica especializada implica que o abandono dos insumos químicos e dos agrotóxicos acaba sendo compensado por mais esforço manual, mais tempo de roça e maior desgaste físico. Em vez de um idealizado “retorno harmonioso” à natureza, o que se observa empiricamente é a intensificação do trabalho sobre corpos já marcados por exploração, pobreza e adoecimento (FREITAS, 2020; PIMENTEL, 2021).

As contradições também se expressam no plano político-institucional. Em diferentes relatos coletados no Terra Vista, aparece com força o conflito com o poder local: perseguições a lideranças, criminalização das ocupações, bloqueio de demandas elementares e hostilidade aberta de gestores



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

municipais aliados aos grandes proprietários. Um caso emblemático apreendido por entrevistas é a longa disputa para interromper o descarte irregular de lixo na área de um assentado, processo que se arrastou por anos e só foi parcialmente enfrentada após mobilização jurídica e articulação com grupos de apoio. Esses episódios revelam que a autonomia territorial não confronta um Estado neutro, mas um aparelho político que historicamente funciona para garantir a propriedade privada e a circulação do capital — estrutura que permanece, mesmo quando o projeto agroecológico avança em nível comunitário.

A educação do campo constitui outro núcleo central de contradições. A escola do assentamento é fruto de luta e representa uma conquista importante: garante acesso à educação básica e técnica, aproxima conteúdos de agroecologia, reflorestamento e manejo do cacau da realidade local e abre uma frente de permanência da juventude no território. Ao mesmo tempo, conforme informado pela professora e assentada Liana Garcez, o cotidiano escolar é atravessado por uma série de limitações: currículos definidos externamente, rotatividade docente, ausência de formação específica em educação do campo, dificuldades de integrar os mestres do território ao projeto pedagógico e resistência de parte das famílias, que ainda associam o ensino formal à saída definitiva da roça. A agroecologia entra no ambiente escolar como oficinas, mutirões e hortas, mas não como eixo estruturante.

Essas situações não podem ser explicadas apenas como “entraves conjunturais” superáveis por uma combinação adequada de vontade política, apoio técnico ou recursos. Elas remetem a mediações mais profundas: (i) a dependência estrutural da terra enquanto propriedade privada; (ii) a necessidade do dinheiro como equivalente geral para garantir moradia, alimentação, transporte, saúde e estudo; (iii) a inserção da produção agroecológica em mercados regidos pela lógica do preço, da escala e da concorrência. Mesmo iniciativas como a verticalização da cadeia do cacau, melhoram a renda, mas continuam condicionadas por nichos específicos, oscilações de demanda e barreiras materiais de escala. A autonomia econômica, portanto, aparece sempre mediada pela formamercadoria: trata-se menos de escapar do mercado e mais de negociar condições menos degradantes dentro dele.

É nesse ponto que as contradições empíricas, observadas no cotidiano de trabalho, na disputa política e na escolarização, se articulam com o debate crítico da forma-valor. A experiência do Terra Vista confirma que o capital não é apenas um conjunto de empresas, políticas ou práticas econômicas, mas uma forma social totalizante (SCHOLZ, 1992) que organiza o trabalho, o espaço e o tempo a partir da exigência de valorização do valor. Terra, corpo, saber e território aparecem submetidos a



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

uma lógica abstrata que mede a vida pelo dinheiro e pela produtividade. A agroecologia, ao recompor centralidades da vida, não se coloca “fora” desse movimento: ela tensiona o capital desde dentro, operando dentro de suas mediações — crédito, renda, regulamentações estatais, mercados específicos e políticas que são simultaneamente necessárias e instáveis.

Essa leitura permite também tensionar a noção de “agroecologias emancipatórias”, cuja matriz teórica — inspirada nas “rachaduras” de John Holloway — interpreta determinadas práticas agroecológicas como espaços de exterioridade parcial ao capital, capazes de instaurar formas de vida “além” de sua lógica (GIRALDO; ROSSET, 2023; VAL; ROSSET, 2022). Os dados de campo mostram que as práticas do Terra Vista, de fato, criam fissuras significativas: recuperam vínculos comunitários, ativam saberes indígenas e negros, reorganizam o papel das mulheres na produção e reocupam territórios antes estruturados por violência coronelista. No entanto, essas fissuras não constituem brechas externas, porque permanecem atravessadas pela forma-valor, categoria que, como demonstram Marx (2013), Kurz (1993) e Roswitha Scholz (1992), organizam as formas de sociabilidade, o trabalho abstrato e a própria divisão social, racial e sexual do trabalho. As jornadas exaustivas, a necessidade permanente de renda monetária, a dependência de mercados específicos, as tensões de gênero e geração e a oscilação das políticas públicas revelam que tais práticas operam como crítica imanente, e não como ruptura. A agroecologia, nesse sentido, não inaugura um “fora” do capitalismo, mas expõe seus limites ao recompor provisoriamente as condições da vida em um território moldado pela crise da modernização e pela autonomização do valor.

A partir da experiência da Teia dos Povos, a autonomia aparece, portanto, como prática contraditória: conquista concreta que produz dignidade e reorganiza territórios e, simultaneamente, forma de vida mediada por dinheiro, mercadoria e propriedade. A força política da agroecologia reside justamente nesse lugar incômodo: longe de oferecer uma saída limpa para fora do capitalismo, ela explicita limites e possibilidades de construir outro modo de viver em um mundo em que a reprodução social continua subordinada à lógica da valorização. É nessa chave que a experiência do Terra Vista permite recolocar a pergunta pela autonomia — não como promessa de exterioridade, mas como campo de disputa no interior da própria crise do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises apresentadas ao longo do trabalho mostram que a agroecologia no Assentamento Terra Vista e na Teia dos Povos não pode ser compreendida como uma alternativa exterior ao capitalismo, tampouco como mera atualização das práticas tradicionais. Ela se constitui como prática



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

situada, marcada por contradições históricas, produtivas e políticas que atravessam a formação territorial do sul da Bahia e da economia cacaueteira. A agroecologia emerge como resposta concreta ao colapso da modernização agrícola, mas opera dentro das mediações que essa mesma modernização consolidou: propriedade privada da terra, dependência estrutural do dinheiro, inserção mercantil e precarização da reprodução social.

Os dados de campo revelam que a autonomia territorial, longe de configurar um estado alcançável, funciona como esforço contínuo de reorganização da vida sob condições adversas. A recomposição da floresta, os sistemas agroflorestais, o chocolate beneficiado localmente, os mutirões e as redes de sementes são conquistas reais, que ampliam a dignidade e fortalecem vínculos comunitários. Contudo, elas se realizam sob a pressão constante da escassez, da desresponsabilização estatal, da violência política local e das exigências do mercado. A agroecologia se afirma como horizonte de reconstrução da vida, mas esse horizonte se materializa por meio de corpos sobrecarregados, disputas com o poder público e negociações permanentes com mercados instáveis e estruturas fundiárias consolidadas.

Esse conjunto de contradições evidencia que a autonomia não se define pela superação da forma-valor, mas pela capacidade de disputar a reprodução da vida dentro de suas determinações. A experiência do Terra Vista demonstra que as fissuras produzidas pela agroecologia — reorganização comunitária, fortalecimento de saberes indígenas, negros e de terreiro, reposicionamento das mulheres, reocupação de territórios historicamente violentados — não constituem brechas externas à totalidade do capital. Elas operam como crítica imanente, isto é, como práticas que afirmam a vida dentro de formas sociais que continuam subordinadas à lógica da mercadoria, do dinheiro e do trabalho abstrato (MARX, 2013; KURZ, 1993; SCHOLZ, 1992). A agroecologia abre possibilidades, mas não suspende as determinações que a condicionam.

A principal contribuição deste trabalho consiste em demonstrar que a agroecologia, quando observada a partir das práticas concretas, revela-se como campo de disputa e como crítica prática à modernização agrícola — não por sua suposta exterioridade, mas porque reorganiza a reprodução da vida sem abandonar as contradições estruturais que a constituem. A experiência da Teia dos Povos evidencia que a autonomia, nos territórios populares, é sempre parcial, sempre mediada, sempre construída em tensão com as formas sociais do capital. Mas é também, justamente por isso, um campo fértil para compreender como os povos constroem dignidade em condições de violência histórica.

Palavras-chave: Agroecologia; Autonomia; Território; Teia dos Povos; Assentamento Terra Vista



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. Agroecologia: princípios e estratégias para uma agricultura resistente. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (orgs.). A necessidade da geografia. São Paulo: Contexto, 2019.
- COSTA, A. S. Modernização, cacauicultura e crise no sul da Bahia. Salvador: UFBA, 2012.
- CRUZ, J. W. Território, cacau e trabalho: a economia cacauceira e suas reconfigurações. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2012.
- DÍAZ-POLANCO, H. Autonomia regional. 2. ed. Cidade do México: Siglo XXI, 2005.
- FALCÓN, G. A. de O. Os coronéis do cacau: raízes de mandonismo político em Ilhéus (1890-1930). 1983. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1983.
- FREITAS, L. C. M. Agroecologia, território e precarização da vida. Cadernos do CEAS, n. 244, p. 77-100, 2020.
- FREITAS, M. R. Cultura, cacau e crise: transformações socioeconômicas no sul da Bahia. Ilhéus: Editus, 2017.
- GIRALDO, O. F.; ROSSET, P. M. Emancipatory agroecologies: social and political principles. *The Journal of Peasant Studies*, v. 50, n. 1, p. 1-20, 2023.
- GUIMARÃES, E. J. Crise da cacauicultura e reconfigurações territoriais no sul da Bahia. *Revista Geográfica*, v. 9, n. 2, p. 34-56, 2014.
- HOLLOWAY, J. Mudar o mundo sem tomar o poder. São Paulo: Viramundo, 2003.
- KAISER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 84, p. 47-62, 2006.
- KURZ, R. O colapso da modernização. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- OLIVEIRA, J. M. Agricultura familiar e reestruturação produtiva na região cacauceira. Ilhéus: Editus, 2018.
- OLIVEIRA, M.; FELÍCIO, M. Por terra e território: a trajetória da Teia dos Povos. Salvador: Teia dos Povos, 2021.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

PIMENTEL, A. Cosmopolítica afroindígena e agroecologia no sul da Bahia. In: LIBERATO, R. (org.). Povos de Terreiro e Ecologia. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 255-274.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

ROCHA, G. M. A formação territorial do cacau. Ilhéus: Editus, 2008.

SANTOS, J. C. et al. Vassoura-de-bruxa e crise da cacauicultura: impactos sociais e territoriais. Revista Econômica do Nordeste, v. 49, n. 2, p. 31-50, 2018.

SCHOLZ, R. O valor é o homem? Ensaio sobre a teoria crítica da sociedade. Porto Alegre: Penso, 2008.

TEIA DOS POVOS. Jornada de Agroecologia da Bahia – Carta Final. Salvador: Teia dos Povos, 2023.

TEIA DOS POVOS. Relatórios e materiais de formação da Jornada de Agroecologia. Salvador: Teia dos Povos, 2023.

TOLEDO, C. A. A fronteira da territorialização do capital. In: CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (orgs.). A necessidade da geografia. São Paulo: Contexto, 2019. p. 79-92.

VAL, V.; ROSSET, P. M. Agroecología(s) emancipatoria(s) para un mundo donde florezcan muchas autonomías. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; San Cristóbal de Las Casas: Cooperativa Editorial Retos; Guadalajara: Cátedra Jorge Alonso, Universidad de Guadalajara, 2022.